

Inovações e Ausências na Gestão do Patrimônio em São Paulo

Innovations and Absences in the Management of Heritage in São Paulo

Innovaciones y Omissiones en la Gestión de Patrimonio en São Paulo

Nadia Somekh; Professora Emérita; Universidade Presbiteriana Mackenzie; São Paulo; Brasil;
nadiasom@terra.com.br.

Resumo

Este artigo apresenta um balanço da experiência da gestão do DPH - Departamento do Patrimônio Histórico - da Prefeitura de São Paulo de 2013 a 2016. Entendemos que o patrimônio é uma questão urbana e não vem sendo tratado como tal. A partir de 2013, propusemos um ponto de inflexão na trajetória do DPH, dando maior visibilidade ao patrimônio da cidade, agilizando processos e buscando integração entre esferas de governo, envolvendo as decisões do CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo) e da própria burocracia da prefeitura. Contudo, ainda falta a perspectiva de formulação de projetos urbanos para bairros históricos: o centro, o Bexiga e a área da Luz. Buscamos ainda alargar o conceito de patrimônio e formas mais efetivas e democráticas da sua valorização e proteção. Essas foram as inovações que procuramos introduzir na nossa gestão. O Artigo estrutura-se em quatro partes: em primeiro lugar, expomos o histórico das ações de preservação, no município de São Paulo; a seguir, descrevemos a evolução crítica do DPH nestes 40 anos de existência e, finalmente, apontamos as inovações introduzidas nesses quatro anos sem, no entanto, a articulação efetiva com a Política Urbana, nem a concretização de projetos urbanos. Essa lacuna é nossa conclusão.

Palavras-chave: patrimônio histórico; patrimônio cultural; gestão; bairros históricos.

Abstract

This article presents an overview of the experience of the management of the DPH - Department of Historic Heritage - in the City of São Paulo from 2013 to 2016. We understand that the city heritage is an urban issue and that it has not been treated as such. From 2013 on, we proposed a turning point in the DPH trajectory, giving greater visibility to the historic heritage of the city, streamlining processes and seeking integration between spheres of government, involving the decisions of CONPRESP and the city hall's own bureaucracy. However, we still lack the perspective of formulating urban projects for historical neighborhoods: the city center, the Bexiga and the Luz's area. We also sought to broaden the concept of heritage and more effective and democratic forms of its valorization and protection. These were the innovations we tried to introduce in our management. The article is structured in four parts: firstly, we present the history of preservation actions in the city of São Paulo then, we describe the critical evolution of the DPH in its 40 years of existence and, finally, we point out the innovations introduced in those four years without, however, a real integration with Urban Policy, neither the realization of urban projects. This lack is our conclusion.

Keyword: historic heritage; cultural heritage; management; historical neighborhoods.

Resumen

En este artículo se presenta un resumen de la experiencia de gestión DPH - Departamento Histórico - Ayuntamiento de Sao Paulo de 2013 a 2016. Creemos que la equidad es un tema urbano y no ha sido tratada como tal. A partir de 2013, propusimos un punto de inflexión en la trayectoria de la DPH, dando mayor visibilidad al patrimonio de la ciudad, la racionalización de los procesos y la búsqueda de la integración entre los niveles de gobierno, que implica decisiones CONPRESP y la propia burocracia del ayuntamiento. Sin embargo, todavía existe la posibilidad de que los proyectos de diseño urbano de los distritos históricos :. El centro, la vejiga y el área de la luz tenga por ampliar aún más el concepto de patrimonio y los modos más eficaces y democráticas de su mejora y protección. Estas son las innovaciones que se proponía introducir nuestra gestión. El artículo se divide en cuatro partes: en primer lugar, se explica la historia de las acciones de conservación, en Sao Paulo; a continuación, describir la evolución crítica de DPH en estos 40 años de existencia y, por último señalado las innovaciones introducidas en esos cuatro años, sin embargo, la real integración con la Política Urbana, tampoco la implementación de proyectos urbanos. esta lacuna es nuestra conclusion.

Palabras clave: patrimonio histórico; patrimonio cultural; administración; distritos históricos.

INTRODUÇÃO / INTRODUCCIÓN

Este texto se apresenta como um balanço crítico da experiência da gestão do patrimônio na cidade de São Paulo. Nele apontamos a lacuna de articulação da questão do patrimônio com o desenvolvimento da cidade de São Paulo, por meio de uma gestão especial de bairros históricos.

Partimos do entendimento de que a própria criação do Departamento de Cultura, em 1935, foi uma inovação que buscamos resgatar na gestão do DPH de 2013/16. De lá para cá, passamos por uma redução do escopo do que poderia constituir a herança patrimonial de São Paulo: a proteção de bens culturais se restringiu aos edifícios, deixando de lado a riqueza imaterial da produção cultural e da questão urbana. A comemoração dos 80 anos da criação do departamento de Cultura, da cidade de São Paulo, e 40 anos do Departamento do Patrimônio Histórico demandaram uma revisão.

Hoje, em São Paulo, temos algo em torno de 3559 edifícios e 10 bairros tombados envolvendo mais de um milhão de munícipes. Desses imóveis, 1800 aproximadamente estão concentrados na área Central, 905 estão no Bexiga, os demais na área da Luz e espalhados na cidade. Entendemos que a partir de 2013 foi proposto um ponto de inflexão na trajetória do DPH, dando maior visibilidade ao patrimônio da cidade, democratizando e agilizando processos, buscando integração, envolvendo as decisões do CONPRESP e da própria burocracia da prefeitura, além de buscar alargar o conceito de Patrimônio – que se estreitou – e formas mais efetivas de proteção. Essas foram as inovações que buscamos introduzir na nossa gestão.

Estruturamos este artigo em três partes: em primeiro lugar, expomos o histórico das ações de preservação no município de São Paulo, proteção do Patrimônio Histórico do órgão estadual (CONDEPHAAT- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de SP) nos anos 1960. A seguir, descrevemos a evolução crítica do DPH nestes 40 anos de existência e, finalmente, apontamos as inovações introduzidas nesses quatro anos. Apontamos ainda a lacuna de uma visão urbanística do Patrimônio em São Paulo.

ANTECEDENTES À CRIAÇÃO DO DPH 1935 – 1975

Embora ampliando seu escopo discursivo, a ação do CONDEPHAAT, nas primeiras décadas de existência, foi similar ao nível nacional: tombamento de “monumentos” bandeiristas, construídos em taipa de pilão, e poucos recursos investidos de forma centralizada. O conselho introduziu a proteção de conjuntos urbanos, como as vilas operárias, além da definição de áreas envoltórias com 300m em torno de cada monumento.

A possível inspiração para a criação das áreas envoltórias baseia-se nas áreas de proteção a monumentos da França com 500m. A partir daí, formulou-se a ideia similar de uma área envolvendo o bem tombado para valorização, agora não só

de monumentos, mas de conjuntos urbanos. O Município de São Paulo, a partir do DPH, anos depois, do nosso ponto de vista, reproduziu este equívoco.

O novo órgão estadual estabeleceu uma ação complementar, e paralela ao órgão federal, salvaguardando os bens de interesse do Estado de São Paulo e tombando "*ex-officio*" os exemplares arquitetônicos inscritos no livro de Tombo Federal (Emplasa 1984). Caberia então aos municípios, o tombamento e proteção referente à memória e história da cidade, fato que passa a ocorrer desde o ano de 1988, com o tombamento do Casarão à rua Brigadeiro Luiz Antônio.

A proteção dos bens culturais municipal demorou alguns anos, após a criação do CONDEPHAAT, para ser concretizada e em 1974, e ocorreu por iniciativa da COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento da PMSp. Foi realizado um levantamento por Carlos Lemos e Benedito L. de Toledo, dos bens de significado cultural a serem protegidos. Note-se que a primeira ação de preservação do Patrimônio Cultural no município surge dentro do órgão de planejamento urbano e se transforma posteriormente nas zonas especiais Z8-200 através da lei 83285 de 1975.

Em 1974, sob a coordenação da COGEP, coordenadoria Geral de Planejamento, vinculada ao gabinete do então prefeito Miguel Colasuonno, João Evangelista Leão encomenda uma série de projetos voltados à Revitalização do Centro denominados "Projeto Centro: investigações preliminares", onde habitação, transporte, áreas verdes e bens culturais foram tratados.

A indicação do banqueiro Olavo Setúbal, para suceder o referido Prefeito, levou a COGEP a incluir no Projeto Centro, um estudo sobre a recuperação do Edifício América, antigo Martinelli, de propriedade parcial do Banco Itaú América, fato se concretizou com a posterior desapropriação pública e reciclagem durante a gestão seguinte.

Dentro desse quadro é feita uma encomenda aos arquitetos Benedito Lima de Toledo e Carlos Lemos, ambos professores do Departamento de História da FAU USP, de localizar conjuntos urbanos e organizar uma lista de edificações "dignas de tombamento", segundo Carlos Lemos. É realizado então o primeiro inventário de bens culturais da cidade de São Paulo que se transformará no documento COGEP-PR 025/75: "Edifícios de valor histórico e paisagístico", posteriormente incluído no quadro 8B da lei 8328 de 2/12/1975 e na lei 8759 de 7/9/1978 que estabelece as zonas de uso Z8-200 e no Programa de preservação de bens culturais arquitetônicos da área Central de São Paulo.

A identificação dos bens culturais foi o primeiro passo que seguido de estudos de articulação urbanística através do Plano de Reambientação de 1976 (documento SMDU mimeo) e do Estudo de implantação do Instrumento de transferência aplicado às áreas históricas do MSP, também do mesmo ano, realizados pelas equipes técnicas COGEP, EMURB e DPH/SMC, por solicitação do coordenador COGEP, da nova gestão, Candido Malta Campos Filho, que buscava integrar as duas dimensões. Através da análise urbanística, buscava-se avançar não só em relação à identificação dos bens culturais inovando definindo um plano de massas (COGEP,1976) através de gabaritos nos imóveis lindeiros, níveis de proteção (P1, P2, P3), como também na formulação do instrumentos de

isenção tributária e de transferência do potencial construtivo,(COGEP,1977) que só seria regulamentado pela lei 9725 de 1984, na gestão democrática do prefeito Mario Covas.

A Preservação do Patrimônio histórico Municipal surge no âmbito do Planejamento Urbano, entretanto, com a posterior criação do DPH em 1975 e CONPRESP em 1985 e efetivação em 1988 do tombamento Municipal, o Patrimônio deixa de ser tratado urbanisticamente e volta a ser olhado de forma pontual.

IDENTIFICAÇÃO PARA TOMBAMENTO COMO RESISTÊNCIA: 1975 A 2004

O DPH, criado em 1975, só teve sua Divisão de Preservação constituída em 1977. Neste ano, junto a COGEP, por solicitação da Companhia do Metropolitano de São Paulo, foi iniciado um segundo importante inventário nos bairros da Zona Leste onde seria implantado o metrô: a ZML, ou Zona Metrô Leste. Um extenso levantamento foi elaborado com o objetivo de proteger bens culturais que seriam transformados não só com a implantação metroviária como também com o adensamento previsto. Inúmeros imóveis desse inventário foram demolidos.

Aponta-se que a simples identificação e até mesmo o tombamento de imóveis históricos, apesar de constituírem importante instrumento, são primeiros passos que requerem formas posteriores de proteção efetiva. Nos anos subsequentes, o DPH se pautou por realizar inúmeros e importantes inventários, que foram, no entanto, insuficientes para garantir uma política de preservação do patrimônio da cidade de São Paulo.

No período assinalado a constituição do DPH e a criação do CONPRESP em 1985, regulamentado em 1988, representou uma fragmentação com a questão urbana, uma vez que se baseou unicamente no instituto do tombamento, importante, mas limitado em termos de proteção efetiva. É consenso entre especialistas que o tombamento é o segundo passo para essa proteção e o que caracterizou a ação do DPH neste período, foi a identificação de bens a serem protegidos, o primeiro passo abrindo processos de tombamento sem chegar a uma efetiva salvaguarda.

Sob a luz de um momento singular para preservação, tanto na cidade de São Paulo como no Brasil, o Inventário Geral do Patrimônio Ambiental – Igepac foi gestado e teve sua metodologia estabelecida entre os anos de 1982 e 1983. Esse inventário buscava ir além da preservação pontual do bem, identificando as características urbanas que constituíam o patrimônio ambiental e cultural de cada bairro, registrando-se e elaborando propostas de preservação.

O exemplo paradigmático da cidade de Bolonha na Itália e o curso “Patrimônio Ambiental Urbano” realizado em 1978 na FAU USP ampliaram o conceito de Patrimônio /Monumento consagrado até então. Contribuíram também a Carta de Veneza (1964) que tratou de conjuntos Urbanos e ambiência, a Declaração de Amsterdam que tratou da conservação integrada.

A delimitação territorial do Igepac era o bairro. Buscava-se uma sucessão de inventários, que partiram do centro em direção às periferias, com o objetivo de chegar a cobrir todo o território do município. O primeiro bairro a receber o Igepac foi a Liberdade, em 1983. Porém esse primeiro inventário não resultou em uma ação de preservação efetiva, considerando que na época o Conpresp ainda não havia sido criado.

Após o início da atuação do Conpresp, em 1988, os Igepacs viveram um novo momento, pois puderam subsidiar medidas efetivas de preservação.

O bairro da Bela Vista foi alvo de um Igepac em 1985, o que resultou em um processo de abertura de tombamento em 1990 pelo Conpresp. O tombamento definitivo ocorreu em 2002, após atualização e algumas revisões quanto à propositura inicial (D'ALAMBERT, 2006). Diversos outros Igepacs foram elaborados ao longo das décadas de 1990 e 2000, o que não excluiu a existência de inventários temáticos, realizados paralelamente.

Em 1985 foi iniciado o Igepac Barra Funda, que teve somente a área do Teatro São Pedro inventariada completamente, ficando o restante com fichas por terminar. Já a área central da cidade foi objeto de dois Igepacs: o primeiro em 1987, nomeado Igepac Centro Velho, e o segundo em 1988/1991, designado Igepac Centro Novo. Grande parte dos bens inventariados nestes estudos já se encontravam protegidos pela Z8200. É importante salientar que estes estudos serviram de subsídio para o tombamento do Vale do Anhangabaú (CONPRESP, 1992).

O DPH elaborou outros Igepacs sobre a região central de São Paulo: em 1990 para os Campos Elíseos e a Consolação, e em 1991 para o bairro da Vila Buarque. No período de 1993 a 1997, os bairros de Santa Cecília, Higienópolis e Santa Efigênia também tiveram seus Igepacs. Porém, assim como os dois anteriores, sem solicitação de tombamento.

Com o passar do tempo e as demandas advindas da atuação do Conpresp, o DPH passou a ter novas atribuições burocráticas, no tocante ao universo dos bens tombados na cidade. O aumento do volume de trabalho e a redução da equipe de técnicos do DPH foram responsáveis pelo abandono, pouco a pouco, das práticas de inventário realizadas. Vale ressaltar que, além dos Igepacs, que seguiam uma metodologia específica, o DPH também se dedicava a inventários temáticos, tais como o inventário da Arquitetura Moderna Paulistana, que iniciou por um pedido do Docomomo Brasil. Um suspiro de Mario....

Ainda nos anos 1980, foi aprovada uma Lei (10598/88) que isentava imóveis restaurados, protegidos por lei ou não, em 50% de IPTU, pelo período de dois anos. Nenhum proprietário pleiteou esses recursos (VENTURA, 2014). As operações urbanas e a Lei de Fachadas prorrogaram de alguma forma esses instrumentos iniciais, mas com resultados pouco expressivos: somente 20 edifícios se beneficiaram dessa legislação e até hoje não houve continuidade.

Um balanço de 25 anos do DPH/Conpresp, apesar de positivo, não vai além da identificação e do tombamento de quase 3.600 imóveis e 10 bairros. Tombou-se muito ou pouco em face da escala da metrópole? Não é possível dizer se o conjunto de bens tombados ou em processo de tombamento dá conta da

história de São Paulo. Um sistema de gestão informatizado e crítico poderia responder essa questão, dentro de uma periodização do processo de urbanização da cidade.

FRAGMENTAÇÃO E RECUPERAÇÃO ICÔNICA DPH DE 2005 A 2012

Até a formulação do Plano Diretor de 2002, a ação do DPH pautou-se por ampliar os inventários e abrir processos de tombamento, sem investir em proteção efetiva e sem estimular sua conservação. A definição das ZEPECs, em 2002, se aplica às Z8-200 (muitas já demolidas), aos imóveis tombados pelo Iphan, Condephaat e Conpresp, além do Quadro 6, que apresenta uma listagem de imóveis de arquitetura moderna produzida pela Sempla, sem interferência do DPH.

Os planos Regionais, por subprefeituras, aumentaram a listagem de bens indicados pela população, num movimento inovador de definição do que deve ser preservado. Embora democrático, o processo de indicação de bens culturais é heterogêneo e sobrecarrega os técnicos do DPH, cuja estrutura foi ampliada com o Museu da Cidade e do Arquivo Histórico, tornando as dimensões do DPH maiores que a estrutura de preservação propriamente dita.

A estrutura original do DPH, tripartite, incluía a Divisão de Preservação, com as seções de: 1. Levantamento e Pesquisa, 2. Crítica e Tombamento, 3. Divulgação e Publicações, 4. Projeto, Restauro e Conservação, 5. Programas de Revitalização; a Divisão de Iconografia e Museus, com as seções: 1. Administração de Museus e 2. Museu Imagem Fotográfica da Cidade de São Paulo; e a Divisão do Arquivo Histórico, com as seções de: 1. Estudos e Pesquisas, 2. Classificação e Catalogação de Manuscritos.

Ao incluir dimensões importantes como o Museu da Cidade e o Arquivo Histórico, o DPH perdeu o foco na preservação. O Arquivo Municipal foi desligado em dezembro de 2012. A Divisão de Preservação em 2002 tinha 60 técnicos. Hoje o quadro é de 18 técnicos, sendo que 8 já podem se aposentar, sem previsão de substituição.

Em 2010, constituiu-se o Museu da Cidade. Em 2012 o Arquivo Histórico foi desmembrado do DPH, que por decreto deve ter foco na preservação. O Arquivo Histórico e o Museu da Cidade, desmembrados, se organizariam numa fundação aos moldes do Theatro Municipal. Essa reorganização se justifica pois dará mais força à integração do Patrimônio com a questão urbana. Por outro lado, fortalece também o papel do Museu, pois, na cidade contemporânea, a Cultura, mais do que o turismo, tem um papel estruturador.

Historicamente, o Conpresp, vinculado ao gabinete da SMC, atuou de forma desintegrada com o DPH, embora seu suporte técnico se fundamentasse na Divisão de Preservação.

Até a presente gestão, técnicos dessa divisão só eram convidados a participar das reuniões do Conselho quando chamados a apresentar suas pesquisas e pareceres. O Conselho também se mantinha de portas fechadas para a

população, convidando apenas os diretamente interessados na pauta para apresentação de suas propostas.

Um passo importante desse período foram as recuperações de ícones do nosso patrimônio, parcialmente financiados por recursos do BID para o centro: Casa número Um, Beco do Pinto e Casa da Marquesa, e Theatro Municipal. Além da premiada Praça das Artes, uma postura inovadora de recuperação do icônico Conservatório Musical, aliada a um projeto contemporâneo que já vinha sendo idealizado havia tempos e que foi parcialmente implementado graças ao projeto do Brasil Arquitetura e do empenho do secretário Carlos Augusto Calil à frente da SMC.

A partir de 2004, sob a Lei 13.885/04 (Lei de Zoneamento), até 2014, quando o atual Plano Diretor foi aprovado, os resultados melhoraram, mas ainda em pequeno número: foram emitidas 36 declarações e ainda 44 transferências foram efetivadas. Uma declaração pode ser parcelada em mais de uma transferência. Esses números, frente ao de imóveis protegidos na cidade, mostram a necessidade de instrumentos mais efetivos da captação de recursos para recuperação e conservação de bens tombados.

A SMDU contabiliza 2.420 ZEPEC-BIR, bens privados de interesse público, que podem transferir potencial. Esse interesse público, porém, não desperta na sociedade paulistana (ou brasileira) grande empolgação ou prestígio: a proteção é vista como limitação econômica, e o DPH é visto como órgão restritivo. A negação do prestígio social dos bens culturais, aliada à inexistência ou entrave de aplicação de instrumentos de incentivo (Lei de Fachadas, Lei Rouanet etc.), provoca desvalorização social e econômica dos bens tombados.

Ainda precisa-se avançar no acesso a informação. O CIT – Cadastro de Imóveis Tombados, criado em 1985 e implantado em 2009, não se constitui de fato num sistema informatizado de gestão do patrimônio, pois apresenta problemas na disponibilização e manejo. No que concerne à inserção de dados, existe o entrave relativo ao endereço do imóvel, que não é a chave de entrada, pois a chave de inserção é o setor/quadra/lote (SQL), o que dificulta a clareza da consulta.

No que se refere à inserção de legislação de tombamento, não é possível distinguir, por bem tombado, quais instâncias de tombamento incidem sobre ele – se Iphan, Condephaat ou Conpresp – ou mesmo quais resoluções se aplicam. Como exemplo, trazemos a incidência da RES. 28/13, que libera de anuência do Conpresp a reforma simples ou manutenção de bem tombado.

Existe também o conflito relativo à diversidade de informações. O sistema de logradouros tem duas distintas de identificação, e o CIT (Cadastro de Imóveis Tombados) está estruturado de uma terceira forma. São limitantes também a falta de interligação com o Mapa Digital da Cidade e com outras bases de dados, como por exemplo o elaborado pela Fundação para a Pesquisa em Arquitetura e Ambiente – Fupam para DPH em 2012.

O Fundo de Captação de Multas – Funcap, criado em 1985 e regulamentado em 2006, só passou a ser aplicado em 2014, quando problemas de gestão foram resolvidos: notificação adequada aos proprietários, informação e definição de quadro contábil na Secretaria de Finanças, além do novo cálculo de multas

(decreto de 31 de janeiro) e da recente transformação de multas em compromisso de reversão de danos ao bem tombado (Lei de agosto de 2015).

INOVAÇÕES POSSÍVEIS NA GESTÃO DO DPH (2013/2016)

Como vimos o processo contínuo de identificação, inventário e tombamento conduziram a uma situação de congestionamento do DPH, não só em termos numéricos, mas de dimensão de objetos tombados, sem contribuir efetivamente para a preservação. A preservação propriamente dita do Patrimônio Histórico não ocorre vinculada a uma Política Urbana, não se conhece o Patrimônio “protegido”, que na sua maioria é privado. Também não se estimula uma valorização social da história e da memória da cidade através de instrumentos aos proprietários privados de bens de interesse público.

O debate de paisagem cultural e do patrimônio imaterial demanda uma atualização de posturas e instrumentos mais amplos e inovadores que os até então utilizados. Além disso, uma democratização das propostas vem sendo demandada pela sociedade. Nas discussões para a elaboração do Plano diretor de 2014, foi aprovado um novo instrumento Território da Cultura e da Paisagem (TICP), que ainda carece de conceituação.

Como vimos São Paulo tem quase 3000 imóveis tombados. Desses 1500 estão na área central e 905 no bairro do Bexiga. Não é pouca coisa. O tombamento, ou a proteção legal, é apenas um dos três pilares em que a preservação do patrimônio histórico se sustenta. A identificação, por meio da produção de inventários ou da indicação popular, é outro. Mas este artigo trata especialmente do terceiro pilar: a valorização. Ou seja, do conjunto de ações que cria valor social e econômico para os bens culturais. Uma gestão especial para o centro e bairros históricos é uma lacuna no nosso processo de formulação de uma Política Urbana, que inclui projetos urbanos como o arco Tietê, sem, no entanto focalizar na preservação do Patrimônio Histórico. Um início de diálogo, com SP Urbanismo, ocorreu na Operação Urbana Bairro do Tamanduatehy ainda sem superação de conflitos entre desenvolvimento (verticalização) e preservação

Embora os três pilares tenham igual importância, nesta última gestão do DPH e do Conpresp (os órgãos municipais do patrimônio), buscou-se enfatizar justamente a valorização do patrimônio, por entendê-la como estratégica para impulsionar todas as outras.

Essa decisão surgiu de um diagnóstico da atuação do DPH desde sua criação, em 1975: os esforços de identificação sistemática foram pouco a pouco desmobilizados, e a valorização nunca chegou a tomar corpo dentro do departamento. A constatação levou ao texto publicado no início da nova gestão, em 2013, neste mesmo espaço: “O Patrimônio Invisível”.

Como sensibilizar a população para a importância de sua memória compartilhada? Como fazer dela uma guardiã eficaz de seu patrimônio cultural? Como democratizar e popularizar esse patrimônio? Nessa tarefa, o DPH inovou a política de preservação. Tirou partido do crescente interesse do paulistano em

ocupar os espaços públicos e implementou a Jornada do Patrimônio em São Paulo, agora parte do calendário oficial da cidade.

Na primeira edição do evento, em 2015, foram mais de 400 atividades de memória concentradas em um final de semana de dezembro. Cerca de 40 mil cidadãos puderam fazer visitas guiadas a imóveis históricos, acompanhar roteiros de memória, assistir palestras, participar de oficinas e ver apresentações artísticas ligadas a nosso patrimônio imaterial. A segunda edição, em agosto, foi novamente um sucesso de público e consolidou o evento.

Outra ação inovadora para a visibilidade do patrimônio foi a criação do selo “Valor Cultural Paulistano”. Ao reconhecer estabelecimentos tradicionais da cidade e imóveis importantes para segmentos específicos da população, o selo ofereceu ao cidadão uma ferramenta para lutar pela preservação de seus bens, conduzindo à maior participação popular.

Também criado nessa gestão, o Blog do DPH (temporariamente em recesso devido à Lei Eleitoral) teve mais de 1500 acessos e 5000 curtidas nos meses em que ficou ativo. Usando linguagem acessível, trouxe temas diversos e, diferente de outros blogs institucionais de patrimônio, produziu conteúdo próprio abordando temas que estavam na ordem do dia. Ao não se pautar unicamente pela divulgação de ações do departamento, mostrou como é possível usar os meios digitais para promover a educação patrimonial.

Entendendo que a visibilidade só pode ser atingida com a ampliação da participação democrática da sociedade civil, o Conpresp abriu ao público, a partir de 2013, as reuniões do conselho. Antes, nem mesmo os técnicos responsáveis pelos processos em análise tinham sua participação permitida.

Ao assumir a direção do DPH estruturamos uma Política baseada em cinco diretrizes: Uma primeira de estruturação e refundação do DPH com foco na preservação e no conhecimento do que já foi tombado ou está em processo de tombamento para efetivamente responder se o que está protegido corresponde aos períodos de evolução urbana da cidade.

Um segundo passo foi o foco na inserção urbanística da salvaguarda do Patrimônio Histórico e a possibilidade de obtenção de recursos através de grandes Projetos Urbanos, como as Operações Urbanas previstas para a cidade no novo Plano Diretor, que incluiu novos instrumentos, tais como territórios culturais e ZEPEC Zonas Especiais de proteção cultural, além de isenções tributárias.

O processo de inventários e identificação do Patrimônio a ser protegido deverá ser descentralizado num diálogo constante com a população que deve se compor com a técnica para definir sua “herança”. Convênios com universidades poderão dar consistência e foco aos procedimentos que inovadores deverão ser aplicados dentre suas novas perspectivas, voltados para pesquisa aprofundada.

A agilidade de procedimentos e respostas mais rápidas à sociedade foi constituída através da informatização, articulação com as demais esferas de governo. Foi assinado em dezembro de 2013 o convenio do município com os órgãos estadual e federal criando o ETGC Escritório técnico de gestão compartilhada, espaço de

articulação entre as três esferas que possibilitou a definição comum de 34 áreas envoltórias num total de 60. Entretanto a regulação de áreas envoltórias, apesar de facilitar a vida dos munícipes não se constitui numa regulação urbanística.

Finalmente, a obtenção de recursos e a valorização da memória coletiva poderá reconstituir nossa história em busca de um futuro de melhor qualidade urbana, constituindo o Patrimônio Histórico em elemento de inclusão social em face dos desafios de uma contemporaneidade líquida.

Além de ações de visibilidade, a valorização do patrimônio presume o apoio ao proprietário de bem tombado por meio de políticas de incentivo. Diante da escassez de recursos para investir diretamente, por meio de isenções fiscais ou financiamentos subsidiados, o DPH criou o piloto do projeto “Fábrica de Restauro” na Vila Maria Zélia com o objetivo de estimular a gestão compartilhada e o cooperativismo de pequenos proprietários de bens tombados privados.

Outra ação que procura facilitar a conservação dos bens culturais é a articulação dos órgãos de patrimônio nas três esferas de governo. Está em processo a criação de um escritório de gestão compartilhada Iphan/Condephaat/Conpresp, com o objetivo de tornar menos burocrática a aprovação de intervenções em imóveis tombados ou próximos a eles.

Para “limpar a pauta”, O DPH e o Conpresp foram reorganizados, diminuindo para quase zero o número de processos em fila para análise. A medida agilizou a tramitação de pedidos, facilitando a vida do proprietário de bem tombado. Mas também se espera, como próximo passo, que os técnicos do DPH possam novamente se dedicar aos importantíssimos inventários de bens culturais.

Criação de conhecimento também é chave para a preservação. Convênios firmados com a FFLCH e a FAU-USP, entre outras universidades, vão estimular e facilitar o uso dos arquivos do DPH na produção de pesquisas. Em comemoração aos 40 anos do DPH foi criada a série de eventos Patrimônio em Debate, que já teve 10 edições abordando temas recorrentes e conflituosos como com a arte urbana, a arquitetura moderna, a arqueologia.

Para incentivar a preservação e gerar recursos para o investimento em patrimônios históricos públicos, o DPH regulamentou efetivamente sua legislação de multas. Embora elas já estivessem previstas desde 1985, nunca foram aplicadas. Ainda assim, como o interesse maior é a preservação, não a punição, criou-se a possibilidade de o proprietário reverter o dano por meio de um termo de ajuste de conduta, o que o isenta da multa.

Não foram poucas as inovações dessa gestão que se encerra. O patrimônio de São Paulo e o DPH, seu órgão de defesa, estão mais visíveis e fortalecidos. Entretanto a fragmentação do Patrimônio com a questão Urbana Patrimônio histórico com a questão urbana nos aponta uma lacuna com relação a gestão de bairros históricos.

CONCLUSÃO: POLÍTICA URBANA E PATRIMÔNIO? **CONCLUSION: URBAN POLICY AND HERITAGE?**

Embora nos últimos anos tenhamos presenciado várias inovações na gestão do Patrimônio Cultural de São Paulo, nossa abordagem histórica a respeito da ação do órgão municipal aponta a lacuna de uma efetiva integração do Patrimônio com a Política Urbana. Apesar da primeira normativa de proteção as Z8-200 ter surgido dentro do órgão de planejamento, apontamos nesse artigo a fragmentação entre as duas questões.

Nos debates que realizamos no âmbito do DPH para contribuir com a formulação do plano, pode ser considerado um avanço a criação do TICP, ainda requerendo conceituação. Nas Operações Urbanas ainda há uma incipiente definição de poucos recursos para pesquisa. No Arco Tietê não há menção a preservação do Patrimônio e na operação Urbana Mooca Vila Carioca deu-se um embate técnico na listagem de bens a serem preservados definida pelo DPH.

Uma gestão específica voltada para a área central e para bairros históricos como o Bexiga e a Luz é necessária para uma efetiva formulação de Política de preservação do nosso Patrimônio Histórico. A experiência internacional de Projetos Urbanos aponta a possibilidade de obtenção de recursos para o financiamento da cidade. Em São Paulo verificamos que o Patrimônio não é prioridade. Fato compreensível dadas nossas carências básicas e grandes desigualdades sociais.

A lacuna apontada neste texto nos remete a uma questão pedagógica: como formamos nossos alunos de arquitetura? Qual o respeito às pré-existências? Como podemos sensibilizar nossos estudantes para olhar nosso Patrimônio como elemento de Inclusão social?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BIBLIOGRAPHIC REFERENCES

BAFFI, Mirthes – O Igepac e outros inventários, *Revista do Arquivo Histórico Municipal*, SMC, São Paulo, 2006.

BENS culturais e arquitetônicos no município e na região metropolitana de São Paulo. São Paulo: Sempla, 1984.

CERVELLATI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto. *Bolonia: Política y metodología de la restauración de centros históricos*. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.

COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento – *Plano de Reambientação* – Vol. 1 – Pesquisa Arquitetônico-Urbanística, COGEP, São Paulo, 1976.

COGEP – Coordenadoria Geral de Planejamento – *PR. 025/1 - Projeto Centro – Áreas Verdes Análise de Caso*: Martinelli, COGEP, São Paulo, 1975.

- D´ALAMBERT, Clara. *Bela Vista: a preservação e o desafio da renovação de um bairro paulistano*. Revista do Arquivo Histórico Municipal, v. 204, São Paulo, SMC, 2006, p. 151-168.
- DAVIS, Mike. *Planeta Favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- EMPLASA. *Guia de Bens Tombados*. São Paulo, 1984.
- EMURB – Empresa Municipal de Urbanização – Estudo de implantação do Instrumento Transferência aplicado às áreas históricas do Município de São Paulo definidas como Z8-200, na Lei 8.328 de 02/12/1975, EMURB, São Paulo, 1976.
- EMURB. *Caminhos para o centro*. São Paulo. São Paulo: Prefeitura de São Paulo/ Emurb/ CEM/ Cebrap, 2004.
- FERREIRA, João Sette Whitaker. *Alcances e limitações dos Instrumentos Urbanísticos na construção de cidades democráticas e socialmente justas*. Vª Conferência das Cidades - Câmara Federal, 02 de dezembro de 2003, São Paulo.
- FREITAS, Marcelo de Brito Albuquerque Pontes. A transferência de Potencial Construtivo: Um novo instrumento de Preservação em Áreas Históricas. In: ZANCHETI, Sílvia (org). *Estratégias de Intervenção em Áreas Históricas*, Recife, 1995. P. 168 à 174.
- GASPAR, Ricardo; AKERMAN, Marco; GARIBE, Roberto (orgs). *Espaço Urbano e Inclusão Social: A gestão pública na cidade de São Paulo (2001-2004)*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2006.
- KLINK, Jeroen. *Building Urban Assets in South America*. Urban Age South America Conference. Selection of Draft Essays, São Paulo, 2008.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. *Notas sobre a Carta de Veneza*. In. Anais do Museu Paulista, 2010, vol.18.
- LANDRY, Charles. *The creative city*, Earthscan, London, 2000.
- LUNGO, Mario (Org.). *Grandes projectos urbanos*. San Salvador: UCA Editores, 2004.
- MARX, Murilo – Depoimento - *Revista do Arquivo Municipal*, SMC, São Paulo, 2006.
- PENALOSA, Enrique. *The Limits of Politics*. Urban Age South America Conference. Selection of Draft Essays. São Paulo, 2008.
- PORTAS, Nuno. *L'emergenza del projeto urbano*. Urbanística, n. 110, Roma, 1998.
- ROBERTS, P. SYBES H. *Urban Regeneration* Sage, London 2006.
- ROJAS, Eduardo; VILLAESCUSA, Eduardo R; WEGELIN, Emiel. *Recuperación de Áreas Centrales: una opción de desarrollo urbano en América Latina y el Caribe*. Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2003.

- ROLNIK, Raquel; SOMEKH, Nadia. *Governar as Metrôpoles: dilemas da recentralização*. São Paulo Perspectiva, São Paulo, v. 14, n. 4, 2000.
- SÃO PAULO (CIDADE) *Resolução 37/1992*. São Paulo: SMC; Conpresp, 1992.
- SASSEN, Saskia. *South American cities and Globalisation*. Urban Age South America Conference. Selection of Draft Essays. São Paulo, 2008.
- SMITH, Neil. A Gentrificação generalizada: de uma anomalia local a regeneração urbana como estratégia urbana global. In BIDOU-ZACHARIASEN, Catherine (org). *De volta à cidade: gentrificação e revitalização dos centros*. São Paulo: Annablume, 2006.
- SOMEKH, Nadia. *Patrimônio cultural em São Paulo: resgate do contemporâneo?* Arqtextos, São Paulo, ano 16, n. 185.08, Vitruvius, out. 2015 <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arqtextos/16.185/5795>>.
- SOMEKH, Nadia; e KLINTOWICZ, Danielle. *Projetos Urbanos na Cidade Contemporânea*, XIII ANPUR, 2009.
- SOMEKH, Nadia; SILVA, Luís Octávio. *A reconstrução coletiva do centro de São Paulo*. Simpósio: "A cidade nas Américas. Perspectivas da forma urbanística no século XXI". 51º Congresso Internacional de Americanistas, "Repensando las Américas en los Umbrales del Siglo XXI". Julho de 2003.
- SOMEKH, Nadia; SILVA, Luís Octávio. *O centro de São Paulo: reconstrução coletiva e gestão compartilhada*. Documento. São Paulo, 2002.
- VENTURA, David Vital Brasil *INCENTIVOS À PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL EDIFICADO EM SÃO PAULO: a Transferência de Potencial Construtivo e a "Lei de Fachadas"*, XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado 21 a 24 de outubro de 2014 Bauru (SP)
- VENTURA, David Vital Brasil. *A lei de fachadas: análise de um instrumento de incentivo à preservação do patrimônio em São Paulo/Brasil*. CICOP, Brasil.
- VENTURA, David Vital Brasil. *Incentivos à preservação do patrimônio cultural edificado em São Paulo: a transferência de potencial construtivo e a "Lei de Fachadas"*. Bauru, XII Congresso Internacional de Reabilitação do Patrimônio Arquitetônico e Edificado, 2014.
- VIRILIO, Paul. *La terre Natale*, Exposição depoimento na brochura, Fundação Cartier, Paris, 2009.